



**CÂMARA DOS DEPUTADOS**

## **PROJETO DE LEI N.º 1.638, DE 2022**

**(Do Sr. Aureo Ribeiro)**

Altera a Lei nº 11.947, de 16 de junho de 2009, para dispor sobre o reajuste anual do valor per capita do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) com base no Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA).

**DESPACHO:**

APENSE-SE AO PL-2160/2021.

**APRECIÇÃO:**

Proposição Sujeita à Apreciação do Plenário

**PUBLICAÇÃO INICIAL**

Art. 137, caput - RICD



## CÂMARA DOS DEPUTADOS

### PROJETO DE LEI Nº \_\_\_\_\_, DE 2022. (Do Sr. Aureo Ribeiro)

Altera a Lei nº 11.947, de 16 de junho de 2009, para dispor sobre o reajuste anual do valor *per capita* do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) com base no Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA).

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Esta Lei altera a Lei nº 11.947, de 16 de junho de 2009, para dispor sobre o reajuste anual do valor *per capita* do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) com base no Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA).

Art. 2º O parágrafo único do art. 6º da Lei nº 11.947, de 16 de junho de 2009, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 6º .....  
.....

Parágrafo único. O Conselho Deliberativo do FNDE expedirá normas relativas a critérios de alocação de recursos e valores per capita, **que serão reajustados, anualmente, no primeiro mês de cada exercício, com base no Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) acumulado dos doze meses anteriores**, bem como para organização e funcionamento das unidades executoras e demais orientações e instruções necessárias à execução do PNAE.” (NR)

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.





## CÂMARA DOS DEPUTADOS

### JUSTIFICAÇÃO

O projeto de lei vem dispor sobre o reajuste anual, no primeiro mês de cada exercício, do valor *per capita* do Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE com base no Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA.

Destinado aos alunos da educação básica (educação infantil, ensino fundamental, ensino médio e educação de jovens e adultos) matriculados em escolas públicas, filantrópicas e em entidades comunitárias (conveniadas com o poder público), o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) oferece alimentação escolar e ações de educação alimentar e nutricional a estudantes de todas as etapas da educação básica pública<sup>1</sup>.

O Governo repassa, aos entes e escolas federais, valores financeiros de caráter suplementar efetuados em 10 parcelas mensais para a cobertura de 200 dias letivos, conforme o número de matriculados em cada rede de ensino.

Em junho de 2022, a Folha de SP<sup>2</sup> criticou os baixos valores repassados por aluno. Segundo a notícia, uma rede de instituições redigiu uma carta aos candidatos das próximas eleições com um apelo para que se comprometam com o reajuste do repasse para a alimentação escolar. O documento alerta que o valor do PNAE não teve reajuste significativo desde 2010 e propõe que o orçamento do programa mais do que dobre, chegando próximo de R\$ 8 bilhões.

Os valores repassados são realmente baixos e incompatíveis com os custos de alimentação atuais. Os recursos encaminhados pela União a estados e municípios, por dia letivo, para cada aluno, é definido de acordo com a etapa e modalidade de ensino, por exemplo, R\$ 1,07 para aluno em creche,

1FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO. Sobre o PNAE. Disponível em <https://www.fnnde.gov.br/index.php/programas/pnae/pnae-sobre-o-programa/pnae-sobre-o-pnae> Acessado em 9/6/2022

2FOLHA DE SÃO PAULO. Governo Federal ignora inflação e repassa menos de 1 reais para alimentação de aluno. Disponível em <https://www1.folha.uol.com.br/educacao/2022/06/governo-federal-ignora-inflacao-e-repassa-menos-de-r-1-para-alimentacao-de-aluno.shtml> Acessado em 9/6/2022





## CÂMARA DOS DEPUTADOS

R\$ 0,53 para aluno em pré-escola, e R\$ 0,36 para aluno em Ensino fundamental e médio, segundo dados do Governo Federal.

Como se observa, faz-se urgente a necessidade de reajuste desses valores a fim de garantir o bom funcionamento do programa e assegurar condições mínimas nutricionais às crianças em idade escolar. Por isso, em virtude da relevância da matéria, solicito o apoio dos pares para a aprovação da proposta.

**Sala das Sessões, em                      de                      de 2022.**

**Deputado Federal AUREO RIBEIRO**  
**Solidariedade/RJ**



**LEGISLAÇÃO CITADA ANEXADA PELA**  
Coordenação de Organização da Informação Legislativa - CELEG  
Serviço de Tratamento da Informação Legislativa - SETIL  
Seção de Legislação Citada - SELEC

**LEI Nº 11.947, DE 16 DE JUNHO DE 2009**

Dispõe sobre o atendimento da alimentação escolar e do Programa Dinheiro Direto na Escola aos alunos da educação básica; altera as Leis nºs 10.880, de 9 de junho de 2004, 11.273, de 6 de fevereiro de 2006, 11.507, de 20 de julho de 2007; revoga dispositivos da Medida Provisória nº 2.178-36, de 24 de agosto de 2001, e a Lei nº 8.913, de 12 de julho de 1994; e dá outras providências.

**O VICE-PRESIDENTE DA REPÚBLICA**, no exercício do cargo de **PRESIDENTE DA REPÚBLICA**

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

.....

Art. 6º É facultado aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios repassar os recursos financeiros recebidos à conta do PNAE às unidades executoras das escolas de educação básica pertencentes à sua rede de ensino, observando o disposto nesta Lei, no que couber.

Parágrafo único. O Conselho Deliberativo do FNDE expedirá normas relativas a critérios de alocação de recursos e valores per capita, bem como para organização e funcionamento das unidades executoras e demais orientações e instruções necessárias à execução do PNAE.

Art. 7º Os Estados poderão transferir a seus Municípios a responsabilidade pelo atendimento aos alunos matriculados nos estabelecimentos estaduais de ensino localizados nas respectivas áreas de jurisdição e, nesse caso, autorizar expressamente o repasse direto ao Município por parte do FNDE da correspondente parcela de recursos calculados na forma do parágrafo único do art. 6º.

.....

.....

**FIM DO DOCUMENTO**